



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores

Eixo temático: Formação de professores e a Educação Inclusiva

Autores: Janaína Brum de Oliveira (Universidade Federal da Fronteira Sul);⁸⁰ Cleusa Inês Ziesmann (Universidade Federal da Fronteira Sul); Alexandre Anselmo Guilherme (Pontifícia Universidade Católica).

Resumo: O objetivo desse estudo foi realizar uma pesquisa sobre a importância da formação inicial e continuada para os professores de ensino regular, a fim de prepará-los para a realidade de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, favorecendo, assim, a valorização do próprio saber e auxiliando para que o processo de ensino e aprendizagem das crianças inclusas no ensino regular seja exitoso. Buscou-se desenvolver práticas pedagógicas para atender alunos com deficiência no ensino regular no município de São Luiz Gonzaga. A pesquisa se insere na modalidade estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica com autores que dialogam com a inclusão escolar e a formação docente, fundamentais na análise da realidade observada. Em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores que atuam nas salas da Educação Básica e com especialistas em salas multifuncionais em escola da cidade. Na etapa seguinte, foram realizadas observações que permitiram conhecer as práticas pedagógicas realizadas no atendimento de crianças com deficiência. Os resultados apontam que as escolas ainda não se encontram organizadas efetivamente para assegurar aos alunos o acesso e a permanência no contexto escolar. Para tanto, a pesquisa tem a contribuir para a melhora das práticas pedagógicas e o processo de formação de professores para o atendimento de crianças com deficiência, tanto na educação básica do ensino regular, como no atendimento educacional especializado (AEE), o que ajudará no processo de ensino e aprendizado para os envolvidos.

Palavras-chave: práticas pedagógicas; Educação Inclusiva; formação de professores.

INTRODUÇÃO

No âmbito escolar, atualmente é observado que, para se obter educação e ensino de qualidade, é necessário que seja respaldada e valorizada a formação dos profissionais da educação. A preparação desses profissionais para as práticas educativas é um processo que já vem sendo bastante discutido pelos órgãos públicos responsáveis, porém, com o fato de o processo de inclusão ter se tornado obrigatório em todas as instituições de ensino, é imprescindível que nos apropriemos dessa temática, a fim de proporcionarmos uma educação de qualidade para todos.

⁸⁰ E-mail: cleusa.ziesmann@uffs.edu.br



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Essa nova realidade é apenas um reflexo da nossa sociedade, na qual as instituições educacionais estão exercendo os mais novos e variados papéis, modificando-se continuamente e, nesse sentido, o professor torna-se o ponto central dessas mudanças e discussões, pois ele é um dos principais responsáveis por proporcionar um conhecimento diferenciado ao seu público. Assim, o professor necessita estar em constante aperfeiçoamento por receber em sua sala de aula alunos com necessidades e tempos diferentes de aprendizagem, (re)significando seus conhecimentos e viabilizando atividades educativas que amparem o máximo possível as necessidades de todos os sujeitos incluídos na escola regular.

Mantoan (2013, p. 18) afirma que “a educação é um direito humano, fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos”. Nessa linha de raciocínio, a educação deve, necessariamente, abranger todos os alunos inseridos no ensino regular, sem provocar a exclusão de algum do meio educacional. Nesse sentido, a Educação Inclusiva garante o acesso aos direitos e sua permanência no meio educacional sem sofrer qualquer discriminação durante o seu processo de aprendizagem.

Para tanto, exige-se que a escola esteja preparada para atender a demanda de alunos com deficiência, com professores capacitados e com formação na área para planejar suas práticas educativas conforme a realidade de cada turma. Assim, preocupados com a questão de inclusão nas escolas de ensino regular e com a formação dos profissionais da educação para o atendimento de crianças com deficiência, objetivou-se realizar um estudo principalmente para compreender como os professores se movimentam em relação às demandas em salas de aula e como conseguem atender a todos, oferecendo uma educação com perspectiva inclusiva em todos os aspectos necessários para a aprendizagem efetiva.

O interesse sobre a temática “Educação inclusiva e na formação de professores” vincula-se ao fato de que a escola é considerada um espaço de interação e construção de conhecimento, no qual crianças e adolescentes acabam por relacionar-se entre si, somando, dessa forma, aprendizagens e experiências diárias. Nesse espaço, os alunos acabam internalizando valores, que são ensinados desde cedo, como regras, incentivo ao respeito e à igualdade, desmitificando preconceitos e zelando pela boa convivência entre os colegas. Acreditamos que a Educação Inclusiva está inserida no ensino regular na busca de fortalecer valores como igualdade e respeito e desenvolver a interação de crianças que estavam sendo excluídas socialmente no meio educacional.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

O estudo se deu por intermédio de um projeto de pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade, com a intencionalidade de criar espaços coletivos de estudo e discussão sobre Educação Inclusiva e sobre a formação de professores. O estudo envolveu profissionais da educação do município de São Luiz Gonzaga, no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa possui cunho qualitativo e se insere na modalidade estudo de caso (YIN, 2005), com o objetivo de identificar se professores estão preparados, conforme a sua formação, em uma perspectiva de educação para todos, e quais as metodologias ou estratégias de ensino são utilizadas para trabalhar a inclusão com estes alunos, levando em consideração a sua prática e realidade educacional. Os dados desta investigação foram produzidos a partir de gravações em áudio dos encontros realizados com os sujeitos participantes do curso e de observações no espaço educativo. O referido material foi transcrito e, posteriormente, analisado e a fim de preservar a identidade dos sujeitos, usamos nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes.

1 ALGUNS ASPECTOS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A partir dos Séculos XVII e XVIII é possível visualizar, na história da Educação Inclusiva, práticas de discriminação em relação a alunos com deficiência. A escola, a família e a sociedade rejeitavam toda e qualquer pessoa que não estava dentro do padrão da normalidade, estipulado por uma sociedade totalmente excludente. Todos os sujeitos diagnosticados com deficiência mental eram internados em manicômios e orfanatos, que os tratavam com doentes e anormais, pois “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p. 25).

Porém, no decorrer da história, percebemos que novas concepções sobre as deficiências foram se constituindo, pois houve uma mudança em relação às crenças, valores culturais, e outras transformações sociais que ocorreram em diferentes momentos históricos (BRASIL, 2001). Gradativamente, a partir do Século XX, surgiram pesquisadores que, com os movimentos sociais, iniciaram debates contra a discriminação, em defesa da população menos favorecida, defendendo uma sociedade inclusiva. A partir desse momento, iniciam movimentos para discutir sobre o processo de ensino e aprendizagem, bem como sobre as práticas de ensino. Jannuzzi (2004, p. 34) esclarece que:



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

No fim do Século XX, os movimentos sociais, políticos e educacionais iniciam discussões percebendo a necessidade de mudanças, resultando em reflexões sobre as práticas excludentes e também sobre as práticas educacionais realizadas pelos profissionais da educação. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (1994) vem caracterizar a inserção de todos os indivíduos, pensando em uma política social e atribuindo responsabilidades às instituições de ensino:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou superdotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

De certa forma, percebemos que até os dias atuais houve alguns avanços tanto na área social como na área pedagógica e tecnológica, a fim de favorecer ou proporcionar uma sociedade mais inclusiva no Brasil, disponibilizando espaços específicos para os atendimentos das crianças nas escolas comuns, com profissionais específicos na área, material adaptado e uso de programas que possam auxiliar os alunos durante a sua aprendizagem. Todavia, Goffredo (1999, p. 31) acrescenta que “frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade”.

Nessa perspectiva, a escola possui a responsabilidade e a função de garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, organizando-se a fim de proporcionar condições para que o processo de aprendizagem ocorra de acordo com as necessidades dos sujeitos que nela estão inseridos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), que estabelece o direito de todos os indivíduos à educação, o dever do Estado e da família é promover a educação, conforme enfatiza o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Diante do exposto, fica evidente que o compromisso do governo e da sociedade é de fornecer políticas públicas que venham a garantir a efetivação da inclusão de todos os sujeitos, através da oferta de um atendimento especializado com qualidade e da presença de profissionais comprometidos.

2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nas últimas décadas, podemos perceber que ocorreram avanços importantes em relação à formação dos profissionais da educação em nosso país, no que diz respeito à legislação, e, em especial, no que se refere às pesquisas voltadas para o tema.

Em relação à legislação, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996. Seu objetivo foi iniciar um processo de mudanças em todos os níveis da educação, que foram reorganizados na educação básica - que envolve desde a educação infantil até o ensino superior. A referida Lei dedica um capítulo à formação de professores, assinalando os fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, bem como as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos professores. Também, no artigo 13, a LDB estabelece as incumbências dos professores, independentemente da etapa escolar em que atuam.

Destaca-se também a Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica, que apresenta as exigências que se colocam para o desempenho do papel docente frente às novas concepções de educação do mundo contemporâneo:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe. (MEC, 2000).

Na perspectiva da busca por uma educação de qualidade e igualitária para todos os sujeitos, a inclusão escolar acaba por dar ênfase ao respeito à diversidade dos educandos. Nesse sentido, se faz importante a preparação dos profissionais e educadores envolvidos no contexto educacional.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Essa preparação é de fundamental importância, para que se possa fazer um ambiente escolar com igualdade para todos, oportunizando ensino e aprendizado também para crianças com deficiência e preparando-as para inserção na vida social. Conforme Medeiros (2009, p. 29), a formação de professores é um processo que envolve tanto conhecimento teórico como conhecimento prático:

Em relação à formação de professores e à Educação Inclusiva, podemos dizer também, que esse encontro está em processo, visto que, nos cursos de formação inicial, esse tema ainda é pouco abordado, geralmente, com um ou dois componentes curriculares que tratam sobre o assunto. Cursos específicos sobre a inclusão escolar no Brasil são oferecidos em nível de graduação (em poucas universidades), extensão e pós-graduação.

Na medida em que a orientação inclusiva começa ser inserida na educação regular, exige-se que o professor faça uma adaptação em sua forma de ensino, desenvolvendo atividades e práticas que visem a trabalhar as necessidades individuais de cada aluno de forma ainda mais cuidadosa devido à presença de pessoas com deficiência. Por esse motivo, é imprescindível que todos que os educadores estejam habilitados para atuar de forma competente junto a esses alunos em cada etapa do ensino.

Considerando a realidade em que os nossos professores estão inseridos, quando não recebem a devida capacitação, possuindo condições precárias dentro da escola para o desenvolvimento de atividades específicas, a acessibilidade não acontece de fato, permanecendo muitos projetos apenas nos documentos. Assim, é difícil falar de inclusão, que, para Medeiros (2009, p. 24):

É uma construção sócia educacional que oportuniza o exercício da cidadania. Para que ela ocorra, não basta simplesmente inserir o sujeito; é importante que cada um seja acolhido com suas necessidades individuais e que estas sejam respeitadas, criando a igualdade de oportunidades a todos, independentemente de sua condição física, mental ou social.

A partir desse excerto, pode-se dizer que a inclusão vem ao encontro da garantia de proporcionar um atendimento especializado ao aluno com deficiência como um direito adquirido. É necessário perceber que a mudança não irá ocorrer de um dia para o outro, pois a inclusão é um processo contínuo de adaptações e modificações de valores e de cultura na sociedade e nas instituições de ensino, que necessitam se organizar para receber a diversidade e adaptar-se a ela e não o contrário.

Nesse sentido, a formação continuada torna-se de fundamental importância para os professores que buscam uma capacitação que favoreça o desenvolvimento adequado para promover



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

o processo inclusivo. Por meio da formação continuada, o professor poderá encontrar auxílio para resolução de suas dúvidas, trocar informações e ideias com colegas, desenvolver projetos que favoreçam a qualidade do ensino, e a escola, por sua vez, deverá então, disponibilizar espaço e tempo, para que os professores consigam alcançar seus objetivos. No relato da professora entrevistada, podemos perceber que a escola, em seu espaço arquitetônico, já vem se organizando para tal:

[...] na escola onde eu trabalho, possuímos vários espaços apropriados para receber as crianças com deficiências como banheiros e salas especiais para fazer atividades, isso é um ganho para a nossa comunidade escolar e demonstra que queremos fazer a diferença na educação. (PROFESSORA B, entrevista, 2016).

Na escola, os professores deverão mostrar-se interessados em utilizar todos os meios que facilitam a integração dos alunos com deficiência, aproveitando de todos os materiais e recursos disponíveis, e, principalmente, compreendendo o seu papel como orientador desse processo e não observador deste. O professor que desenvolve suas atividades na tentativa de integrar o aluno e desenvolver suas habilidades em conjunto com a classe tem a possibilidade de alcançar seus objetivos com maior facilidade do que aquele professor que se dispõe a realizar uma atividade diferenciada para atender a demanda das necessidades de um único aluno. Mas para isso é preciso formação. Quanto a isso, nos é afirmado, a partir do excerto da entrevista da professora A, que:

Na minha opinião, a formação e os cursos de qualificação para trabalhar com crianças especiais são muito importantes, mas na realidade esta oferta de formação não acompanha a velocidade da inserção de alunos nas escolas. Os alunos entram para salas de aulas, e nós professores nos sentimos incapacitados de atender suas necessidades. (PROFESSORA A, entrevista, 2016).

Estudos realizados por Libâneo (1998) evidenciam que, de modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos. Outro fator de influência que devemos levar em consideração é a diversidade regional e socioeconômica do Brasil e a importância da universidade, instituição responsável pela formação da maioria dos profissionais em relação ao discernimento do conhecimento produzido pela academia (GATTI, 1996).

Uma realidade bastante presente em nossos contextos educacionais é a de que professores são designados a realizar uma função ou atividade, mas não têm o devido treinamento ou formação específica para realização dessa atividade, gerando, dessa forma, um desgaste para o professor, que acaba por se sentir incapaz, e para o aluno, que não consegue ser integrado nem desenvolver suas



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

habilidades no âmbito escolar. É preciso que os professores consigam se manter organizados e determinados a alcançar os mesmos resultados, para que o aluno com deficiência se sinta inserido e consiga desenvolver todas as suas habilidades em conjunto aos seus colegas.

3 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS

O processo de inclusão de pessoas com deficiência há algum tempo vem sendo alvo de investigação de vários estudiosos, dentre eles vários pesquisadores e professores, que visam melhorias em todo processo de ensino e inclusão destas pessoas, tanto no âmbito escolar, como no âmbito social. Porém, apenas a partir da última década do Século XX, as políticas educacionais tiveram uma preocupação maior em relação aos processos de inclusão social dos alunos especiais, promovendo discussões sobre a inclusão no âmbito escolar. Dentre suas preocupações, destacava-se a importância de se valorizar a pessoa com deficiência, favorecendo sua interação ativa com a sociedade, mas, principalmente, a importância de se preparar os professores para realizarem com êxito esse processo.

No início, esses movimentos, que visavam a mudanças em relação ao pensamento e ações sobre as pessoas com deficiência no contexto escolar, predominavam em esferas internacionais. No Brasil, por exemplo, esse movimento apresentou-se de forma palpável apenas a partir da década de 1990. Esse processo teve como um dos principais atos o direcionamento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica no país (MEC/SEESP, 2003), visando, dessa forma, à priorização da educação escolar das pessoas e alunos com deficiência no sistema regular de ensino, previsto por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996). Após a promulgação desta lei, a LDB 9394/96, muitos documentos começaram a surgir, para buscar complementar o que permanecia sendo considerado como insuficiente ou dúbio na legislação educacional, como, por exemplo, a Resolução 02/2001 da CNE/CEB (BRASIL, 2001).

As leis brasileiras sempre trataram a educação de alunos com deficiência como um caso particular e diferenciado, exigindo que as escolas proporcionassem a eles uma educação diferenciada, como em classes especiais. Porém, nos últimos tempos, essas propostas receberam algumas modificações e a visão sobre estes alunos obteve novas perspectivas de ações.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

O processo de inclusão teve como início uma fase totalmente assistencialista, visando apenas ao bem-estar dos alunos com deficiência, relevando aspectos médicos e psicológicos de cada um. Após, se iniciou uma segunda fase, a de integração da educação especial no sistema geral de ensino, para, então, culminar na proposta de inclusão total desses alunos nas salas de aula de ensino regular, garantindo o seu acesso e permanência em todas as instituições de ensino.

A proposta de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular torna-se muito necessária nos dias de hoje, sendo protegida e defendida por preceitos teóricos, históricos e de caráter jurídico, embora haja muitas críticas e reivindicações acerca do processo em execução. A Educação Inclusiva, apresentada por Delors (1999), visa a uma educação voltada para apresentação de cada indivíduo ao mundo real, independentemente de sua deficiência e dificuldades, favorecendo-lhes a oportunidade de percorrer seus próprios caminhos. Porém, a realidade que encontramos dentro da sala de aula em muitas escolas muito se distancia dos objetivos principais desse processo apresentado na legislação vigente e na trajetória de (re)construção da inclusão, respeitando o tempo e processo de aprendizagem.

A busca pela construção de uma escola voltada e aberta para todos levanta vários questionamentos que se destacam devido à imprecisão nas respostas e dúvidas acerca de seus processos. De acordo com a professora A, “a maioria das escolas não está realmente organizadas para atender as demandas que a diversidade necessita”. A principal necessidade, conforme a mesma professora evidencia, “é em relação a formação docente para desenvolver suas atividades em sala de aula de maneira que possam auxiliar no processo de inclusão e não excluir nenhum aluno”. Segundo Frias (2014, p. 3),

Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências.

Compreendemos que a Educação Inclusiva tem por objetivo inserir o aluno com deficiência no ensino regular, com intuito de proporcionar a interação com os outros alunos, facilitando seu convívio social e excluindo qualquer tipo de preconceito referente à sua condição. Para tanto, “a instituição escolar pode ser compreendida como um espaço social privilegiado onde,



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

concomitantemente, é socializado saberes sistematizados e transmitidos valores por ela legitimados” (MICHELS, 2006, p. 1).

A Constituição Federal (1988) visa garantir as pessoas com deficiência o Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no artigo 208. Esse atendimento serve como um apoio na aprendizagem do aluno que necessita de atendimento de forma individual e acontece em turnos contrários da escolarização. Segundo Ministério da Educação (2008, p. 1),

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Desse modo, o professor responsável pela turma e a comunidade escolar (funcionários, diretores e meio familiar), devem repensar a proposta da escola e reformular as suas práticas educacionais que são utilizadas dentro da sala de aula, de modo que venham a atender a todas as necessidades dos alunos. Essas práticas em sala de aula necessitam o uso de ferramentas que possam proporcionar a flexibilização dos conteúdos de modo que todos participem e aprendam. Para Vygotsky (1996, 1998), as relações criadas entre o indivíduo e o ambiente não ocorrem diretamente, sendo necessários processos de interação e mediação.

As escolas deverão proporcionar ferramentas de mobilidade que supram todas as necessidades físicas e psicológicas dos alunos, pois, além do ambiente físico, o Projeto Político Pedagógico da escola também precisa ser repensado. Trata-se de um movimento de modificação visando à inclusão, para que essa instituição possa se tornar em uma escola apta para receber qualquer aluno, com ou sem deficiência, oferecendo uma educação de qualidade para todos na perspectiva de incluí-los em todos os sentidos. De acordo com Carvalho (2006, p. 2),

Para que se conceba um sistema educacional inclusivo é permitir que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Podendo contar com órgãos públicos que podem e devem ajudar as instituições. Alguns princípios devem fundamentar os sistemas educacionais inclusivos, são eles: direito à educação, à igualdade de oportunidade, escolas responsivas e de boa qualidade, direito a aprendizagem e a participação.

A Educação Inclusiva busca atender todas as diversidades de alunos na escola de ensino regular, de modo de satisfazer a todos, nos aspectos de aprendizagem e desenvolvimento pessoal de todos. Conforme a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, em seu art. 2º, os sistemas de ensino devem



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Dessa forma, a escola, juntamente com a comunidade escolar, deverá buscar se organizar de modo que possa atender a demanda de alunos com ou sem deficiência, pois todos têm direito a uma educação de qualidade, sem exclusão, buscando sempre melhorar nesse aspecto.

A escola sempre teve um papel importantíssimo na formação de cada ser humano, é nesse espaço que cada indivíduo acaba por desenvolver suas mais diversas habilidades e produzir o máximo de conhecimentos possíveis. No entanto, seu papel está priorizando o direcionamento a um desenvolvimento da área cognitiva, desconsiderando por vezes, a valorização da área afetiva, provocando lacunas na formação integral do indivíduo. Ao nos referirmos ao processo de integração e inclusão de pessoas em um ambiente com níveis de dificuldade diferentes ao qual ele estava acostumado, levar em consideração a subjetividade é importante, considerando que o homem é um ser que pensa e sente concomitantemente.

A pesquisa em si teve como um de seus objetivos identificar a situação da educação presente dentro das salas de aula do ensino regular, onde está se iniciando o processo de inclusão, observando as dificuldades e resoluções propostas pelos professores entrevistados, tendo em vista a reflexão e análise acerca da realidade vivenciada por esse grupo escolar específico.

A partir das observações, destaco a fala da professora A, que evidencia que “a escola possui diversos materiais para auxiliar a inclusão dos alunos com deficiências, como banheiros e escadas adaptadas [...]”. É possível perceber que as escolas estão desenvolvendo um trabalho de acessibilidade em relação à questão arquitetônica, porém focam apenas no âmbito material, deixando de lado a modificação interna, a preparação individual de cada aluno e professor envolvido nesse processo. O descaso em relação ao profissional pode acarretar danos tardios como a falta de preparação e formação dos professores.

Por esse motivo, destacamos a importância da preparação intelectual e afetiva do professor dentro das instituições de ensino e em especial na universidade. É necessário que os mesmos estejam preparados para as adversidades de uma escola real, aptos a refletir, analisar e solucionar os problemas persistentes de uma sala de aula e desenvolver uma prática integradora, humanizada e ensino qualificado. Para Vygotsky (1996), quando se compreende a base afetiva da pessoa, é



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

possível compreender o pensamento humano. Ou seja, para que seja possível compreender o pensamento humano, é necessário que se compreenda suas emoções, pois são elas que impulsionam o pensamento, a construção da aprendizagem.

Bueno (1993) afirma que, dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência. Assim como os alunos, os professores também necessitam de uma orientação e assistência para desenvolver suas práticas pedagógicas.

Para tanto, ressaltamos também a importância da formação continuada, promovida especialmente pelas universidades, agregando teoria e prática. É preciso desenvolver um ensino voltado para a área afetiva dos alunos, preocupando-se em proporcionar a cada aluno uma aula de qualidade, tanto para atender preceitos idealizados pela sociedade, quanto para satisfazer necessidades internas e individuais de cada aluno. O professor que une em sua prática a habilidade cognitiva e afetiva reconhece as dificuldades de cada aluno com mais facilidade e, dessa forma, soluciona com maior êxito os problemas cotidianos considerando a diversidade de sujeitos envolvidos.

Um aluno com deficiência muitas vezes tem dificuldade em alguns aspectos físicos ou cognitivos, porém acaba desenvolvendo outras habilidades para superar-se. Quando o mesmo sentir-se integrado e valorizado pela turma e principalmente pelo professor, conseguirá esquecer suas dificuldades e terá possibilidade de aprimorar outras habilidades esquecidas.

Mas para que esse processo ocorra, é necessário que o professor tenha as ferramentas necessárias para desenvolver a sua prática, possibilitando alcançar todos os seus objetivos. Marques (2000, p. 12) destaca que a capacitação – qualificação – do profissional do magistério deve ser constante e em serviço, “formação humana na forma do exercício ativo e comprometido da profissão”. Supera, assim, o conceito de formação como algo acabado após a conclusão de um curso superior e o compreende um processo constante.

De certo modo, todos os membros participantes convidados para a nossa pesquisa apresentaram uma visão bem homogeneizada sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Para eles, esta já é uma realidade no dia a dia, porém todos evidenciam as dificuldades proporcionadas pelo processo da inclusão. Durante as nossas conversas, pudemos observar que em



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

nenhum momento os professores se mostraram contra essa nova configuração do ensino. No excerto apresentado, sobre a inclusão, a professora “C” nos traz esse relato:

A inclusão já é algo real em nossa comunidade escolar, sempre tivemos alunos com deficiência e sempre buscamos integra-los com outras pessoas que não possuíam deficiência. Mas “temos” que ser realistas, largá-los em uma classe normal, com professores que não estão preparados a trabalhar com alunos assim, é no mínimo um risco, você acabou por tirar o aluno de seu ambiente confortável, para testar se ele aguenta este novo desafio. (ENTREVISTA, Professora C, 2016).

Nessa afirmação, percebemos a preocupação que os professores, em geral, sentem ao inserir alunos com deficiência em classes regulares, pois a maioria dos professores realmente não possui formação específica para enfrentar essa situação. Muitas vezes, na tentativa de superar essa dificuldade, os profissionais se arriscam a obter alguns resultados com certa insegurança, e, com isso, prejudicam o desenvolvimento da turma.

A maioria dos professores entrevistados se mostrou compatível com a ideia de inclusão, mas revelou receio em encontrar essa realidade em sua prática, pois muitos possuem ainda uma ideia arcaica sobre a inclusão. Segundo a professora “A” “a acessibilidade não está relacionado apenas a modificações materiais, de acesso aos alunos, desvinculando a área intelectual e afetiva do aluno”. Sobre inclusão e integração, Costa (2010, p. 194), em seus estudos apresenta que:

Os conceitos de integração e inclusão ainda geram muitas polêmicas no meio acadêmico, principalmente pelo fato de alguns autores os contraporem e outros acreditarem que se complementam. A confusão entre os conceitos se faz quando atribuem à Educação Inclusiva o processo de inserir o aluno com necessidade educacional especial no espaço de aula regular, tendo que para isso adaptar-se. Basta inseri-lo. Isso cria a ilusão que estão em correspondência com preceitos inclusivos.

É possível perceber que há interesse por parte da comunidade escolar em adequar-se a nova realidade, mas falta a oportunidade, que deveria ser disponibilizada por representantes da educação, de realizar uma especialização ou formação para o grupo de profissionais que atendem alunos especiais. Silva (2009) afirma que o desenvolvimento da inclusão educacional só poderá ter bons resultados se for feito por meio da qualificação profissional.

Seguindo esse pensamento, é possível perceber que a continuidade dos cursos de capacitação e formação é indispensável para a preparação dos professores. De acordo com essa afirmação, a professora C relata que “ainda temos poucas oportunidades em sentarmos com os demais colegas de todas as escolas do município para pensar e refletir sobre o processo da inclusão



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

em nossas escolas”. Muito foi ressaltado pelas professoras que os materiais e tecnologias desenvolvidos até então não devem ser descartados, pois no momento em que o professor for capacitado, ele poderá utilizar essas ferramentas como um impulso para o processo de aprendizagem e interação de crianças com deficiência em todas as escolas.

Podemos enfatizar que, na realidade educacional em que estamos inseridos, percebemos frequentemente o interesse de pessoas de diversos campos educacionais na busca de uma formação contínua, na tentativa de solucionar e evitar possíveis problemas recorrentes em suas práticas pedagógicas. Essa busca reflete interesse pela continuação do processo de aprendizagem, através da reflexão e reconstrução dos conhecimentos adquiridos, prevendo a aquisição de uma educação voltada para cidadania.

A aprendizagem é uma necessidade explícita e inerente ao ser humano, para que esse possa interagir com os outros indivíduos e, desse modo, consiga trocar informações e conhecimentos. Quanto a isso, Pimenta (2001, p. 39) afirma que:

Conhecer é mais do que obter as informações. Conhecer significa trabalhar as informações. Ou seja, analisar, organizar, identificar suas fontes, estabelecer as diferenças destas na produção de informação, contextualizar, relacionar as informações e a organização da sociedade, como são utilizadas para perpetuar a desigualdade social. Trabalhar as informações na perspectiva de transformá-las em conhecimento é uma tarefa primordialmente da escola. Realizar o trabalho de análise crítica da informação relacionada à constituição da sociedade e seus valores, é trabalho para professor [...]. Ou seja, para um profissional preparado científica, técnica, tecnológica, pedagógica, cultural e humanamente. Um profissional que reflete sobre o seu fazer, pesquisando-o nos contextos nos quais ocorre

A partir do excerto acima, pensar sobre o processo de inclusão faz-se necessário a partir de uma formação específica para o professor, priorizando a formação que viabilize aulas de integração e com qualidade educacional de maneira igualitária a todos os alunos, respeitando as diferenças e dificuldades de cada um.

Conforme Barbieri (1992, p. 32), “a formação do professor não pode restringir-se à formação inicial, visto que a mesma torna-se incompleta à medida que o processo de produção e divulgação do conhecimento torna-se cada vez mais rápido”. Para tanto, o professor, nessa situação, transforma-se em autor de sua prática pedagógica, podendo ser considerado responsável pelos resultados positivos e negativos que irão acontecer durante a sua permanência em sala de aula.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

Com isso, os professores deverão estar predispostos à realização de atividades integradoras, que valorizem todas as habilidades de seus alunos, provocando a percepção de respeito e igualdade entre eles, de modo a produzir um ambiente acolhedor importante para a contemplação máxima do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de nossas reflexões durante a pesquisa, buscamos informações que contribuam para nossos saberes, a respeito da formação de professores, visando a processo de inclusão nas escolas, buscando atender, dessa forma, toda a diversidade de alunos inseridos na escola de ensino regular. Desse modo, acreditamos que é possível haver inclusão de todos, sem que ocorra a exclusão nas escolas regulares, pois, no momento em que a escola e os professores se mobilizam a favor da inclusão, a integração do aluno é realizada com êxito e a aprendizagem ocorre de forma ampla, favorecendo todos os envolvidos.

O aluno envolvido nesse processo poderá ter uma socialização com os outros colegas, podendo interagir de modo que se sinta uma pessoa capacitada e integrada ao meio. Com essa iniciativa, a discriminação aos poucos irá diminuir ao olhar de nossa sociedade. Além disso, essa nova perspectiva poderá contribuir muito na formação dos professores, pois iremos ficar aptos para atender essa demanda, que será uma experiência maravilhosa, tanto profissional como pessoal.

Conforme os resultados de nossos estudos e pesquisa, percebemos que os professores no início de sua carreira, assim como aqueles que já estão atuando há muito tempo, apresentaram dificuldades acerca da inclusão. Mas eles relataram que, para conseguir realizar seu trabalho com êxito, estão buscando aperfeiçoamentos educacionais para atender cada criança com sua realidade diferenciada. Todos os envolvidos na pesquisa afirmaram a necessidade de se assumir uma nova postura perante essa realidade, adotando mudanças em suas metodologias e estratégias de ensino com o uso de materiais didáticos adequados.

Portanto, entendemos que seja possível proporcionar uma educação com qualidade para todos, desde que a escola e os envolvidos nesse meio possam ter a oportunidade de serem preparados, antes e durante o processo de inclusão, para que os alunos incluídos fiquem livres de discriminações e preconceitos, pois a aprendizagem se dá através interações entre professores e



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

alunos através da comunicação. É fundamental e indispensável que ocorra a aproximação e aprendizagem dos conhecimentos de forma significativa.

E assim, finalizamos o nosso trabalho acreditando ter auxiliado na reflexão acerca dessa nova realidade de inclusão, deixando claro nosso objetivo, que não é criticar o movimento de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, tampouco finalizar qualquer discussão, pois ainda muito é necessário, mas sim, chamar a atenção para o processo de organização e adaptação necessária para a inclusão, levando em consideração o espaço e as pessoas que estão envolvidas.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. p. 47-51

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Seção 1E, p. 39-40, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. **Lei 9394/96**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1998.

CAVALCANTE, A. V. **O preconceito da deficiência no processo de inclusão escolar**. 2004. 147f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2004.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COSTA, S. M. **Educação especial em tempos de Educação Inclusiva: identidade docente em questão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 194p.

Declaração do congresso Europeu sobre deficiência em Madri. Disponível em: https://www.projecthoneypot.org/ip_177.220.233.26. Acesso em: 3 out. 2016.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC / Unesco, 1999. (Relatório Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para a Unesco).

FIALHO, J. T. ; NEUBAUER FILHO, A.. **O estudo de caso dirigido como metodologia de pesquisa para a educação à distância (EAD)**. 2006. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/644_503.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: problemas, propostas e perspectivas**. Disponível em: <<http://reduc.cl/reduc/gatti.pdf>>. Acesso em: 23/10/2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFREDO, V. L. F. S.. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. In: **Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GOMES, M. L. M. **A percepção dos professores sobre o processo de inclusão escolar de alunos com deficiências no ensino regular da rede municipal de ensino de porto alegre**. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Educação, PUCRS, 2015.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986. 99p.



1º SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o ensino e a aprendizagem em discussão

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas Escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARQUES, M. O. **Formação do profissional da educação.** Ijuí/RS: Ed. UNIJUI, 2000.

MEDEIROS, C. **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores.** 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MENESES, A. C. S. e ARAUJO, L. M. **Currículo, Contextualização e complexidades: Espaço de Interlocução de Diferentes Saberes.** Disponível em: <http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/artigo-lucin-ana-celia.pdf>.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003. Moraes, R.; Galiazzi, M. C.

MOURA, S. M. de. A Educação Especial e as produções acadêmicas da década de 1970. Reflexos de um contexto. **Comunicações**, Piracicaba, v. 10, p. 209-221, 2003

SILVA, L. M. da. **Educação inclusiva e a formação de professores.** 2009. 90 f. Monografia. Curso de Especialização Latu Sensu à distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva. Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Cuiabá. Cuiabá, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKI, L. S.. **Obras completas: tomo cinco. Fundamentos da Defectologia.** La Havana: Pueblo y Educación, 1987.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, I. S. **Teoria e Método em psicologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.